



**Reunião pública – Ata n.º 19/2015**

**Data** 2015-09-14

**Início** 14.35 horas

**Local** Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

**Termo:** 16.35 horas

**Presenças:**

<b>Presidente</b>	Anabela Gaspar de Freitas
<b>Vereadores</b>	Maria Beatriz Schulz Nunes
	Pedro Alexandre Ramos Marques
	Rui Miguel dos Santos Serrano
	António Manuel Baptista Gonçalves Jorge
	Bruno Vítor Domingos Graça
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão

**Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal**

-----  
**O Senhor Vereador João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro justificou a falta à reunião por se encontrar ausente do país e solicitou a sua substituição nos termos do artigo 78.º da L.A.L., pelo cidadão do PSD imediatamente a seguir na ordem da lista concorrente à Câmara Municipal, Maria Beatriz Schulz Nunes.**-----  
-----

**Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos:**-----

**BALANCETE:**-----

**PROPOSTAS:**-----

**PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE:**-----

**N.º 01 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TOMAR (58/PPRC/PR/2015) --**

**N.º 02 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À LIGA DOS AMIGOS DOS BOMBEIROS DE TOMAR (57/PPRC/PR/2015)-----**

**INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE:**-----

**N.º 03 - CEDÊNCIA DO AUTOCARRO DO MUNICÍPIO DE TOMAR DURANTE O MÊS DE AGOSTO DE 2015 (88/PGEN/PR/2015 - 15/DIVER/PR/2013) -----**



- GABINETE DE COMUNICAÇÃO:** -----
- N.º 04 – APOIOS A ENTIDADES EXTERNAS – Relatório de custos de impressão – agosto de 2015 (20/PGEN/GC/2015)** -----
- DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:** -----
- N.º 05 – PROJETO DE ALTERAÇÕES AO COMPLEXO CULTURAL E MUSEU DA LEVADA – (179/RCFT/DF/2015 - 133/CONPUB/DOM/2013)** -----
- N.º 06 – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO MURO DE SUPORTE DO CENTO ESCOLAR DOS CASAIS – Receção definitiva (5989/ENTE/DAJA/2015 - 57/CONPUB/DOM/2013)**-----
- N.º 07 – EMPREITADA DE APLICAÇÃO DE RAILES METÁLICOS NA E.M. 525 E E.M. 529 – Revisão de preços provisória (39/EMPR/DOM/2015 - 164/CONPUB/DOM/2014)** -----
- N.º 08 – EMPREITADA DE APLICAÇÃO DE RAILES METÁLICOS NA E.M. 525 E E.M. 529 – Conta da empreitada (40/EMPR/DOM/2015 - 164/CONPUB/DOM/2014)**-----
- N.º 09 – ISENÇÃO DAS TARIFAS DE ESTACIONAMENTO (215/PGEN/DOM/2015 - 2/PQEST/DOM/2013)**-----
- N.º 10 – CEDÊNCIA DE DIVERSO EQUIPAMENTO AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DE PORTO MENDO (6238/ENTE/DAJA/2015 - 14/DIVER/DOM/2014)** -----
- N.º 11 – CEDÊNCIA DE GABIONS PARA MURO DO SUPORTE À JUNTA DE FREGUESIA DE ASSEICEIRA (6165/ENTE/DAJA/2015 - 4/JUNFRE/DOM/2013)**-----
- DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:**-----
- N.º 12 - PARECER DE COMPROPRIEDADE – Maria do Céu Iria dos Santos Freire (6671/ENTE/DAJA/2015 - 288/DIVER/DGT/2015)**-----
- N.º 13 - PARECER DE COMPROPRIEDADE – Maria Helena Marques Neves (97/PEDI/DGT/2015 - 268/DIVER/DGT/2015)**-----
- N.º 14 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade – Proc.º 134/EDIF/DGT/2015 (75/PGEN/DGT/2015 - 134/EDIF/DGT/2015)**-----
- N.º 15 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÃO – Remodelação de ampliação de edifício – Isenção de taxas – Proc.º 1385/1994 (5755/ENTE/DAJA/2015 - 248/EDIF/DGT/2015)** ----
- DIVISÃO FINANCEIRA:**-----
- N.º 16 – PAGAMENTOS EM ATRASO A 31 DE AGOSTO DE 2015 (8/RELA/DF/2015 - 4/PINF/DF/2013)** -----
- N.º 17 – AQUISIÇÃO CONTÍNUA DE SERVIÇOS DE MOTORISTA PARA OS TRANSPORTES URBANOS DE TOMAR (151/AQBS/DOM/2015 - 2/TRANSP/DOM/2013)** -----



**N.º 18 – CONTRATO DE LEASING PARA UMA AMBULÂNCIA A2 - TRANSPORTE MÚLTIPLO DE DOENTES COM MACA E CADEIRA DE RODAS (10/AQBS/DF/2015 - 2/CPUB/DF/2015)-----**

**N.º 19 – EMPREITADA DA CONSTRUÇÃO DA PONTE DO CARRIL (37/CPUB/DF/2015 - 10/PONTTP/DOM/2013)-----**

**DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:-----**

**N.º 20 – GALA EQUESTRE – ISENÇÃO DE TAXAS (6585/ENTE/DAJA/2015 - 82/AUTLIC/DAJA/2015)-----**

**UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:-----**

**N.º 21 – PREVISÃO DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO NO ANO LETIVO 2015/2016 (5/ESPP/UISE/2015 - 5/PROGAPED/DEAS/2013)-----**

**N.º 22 – PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE TOMAR - 2015/2020 (7/ESPP/UDJ/2015)-----**

**N.º 23 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESPECIAIS A ALUNOS PROVENIENTES DE FAMÍLIAS CARENCIADAS – ANO LETIVO 2015/2016 – Ensino Secundário – Subsídio de Transporte (8/ESPP/UISE/2015 - 3/DIVER/DEAS/2013)-----**

**N.º 24 – AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS CARENCIADOS – ANO LETIVO 2015/2016 - 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO – 1.ª FASE (9/ESPP/UISE/2015 - 56/ADESC/DEAS/2013)-----**

**N.º 25 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SERRA E JUNCEIRA (6/PPRC/UISE/2015 - 3/DIVER/DEAS/2013)-----**

**N.º 26 – ACORDOS DE COLABORAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA (AAAF) (6/ESPP/UISE/2015 - 2/PROGAPED/DEAS/2013)-----**

**N.º 27 – ACORDOS DE COLABORAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA, DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA E DO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES (7/ESPP/UISE/2015 - 3/PROGAPED/DEAS/2013)-----**

**UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:-----**

**N.º 28 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA FREQUÊNCIA GRATUITA DA PISCINA MUNICIPAL VASCO JACOB (5092/ENTE/DAJA/2015 - 8/CEDESP/UDJ/2014)-----**



**Sendo catorze horas e trinta e cinco minutos, a Sra. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, e deu início ao período de Atendimento ao Público. -----**

**Esteve presente o Sr. José dos Santos Duarte** dando conta de que a situação da casa em Pai Cabeça, Serra, e do poço, não tiveram quaisquer desenvolvimentos, passados dois anos e meio num caso e nove meses noutro, respetivamente. Disse que a casa está para cair e que o poço já parece a Barragem do Alqueva. Informou que, no passado sábado, o filho do proprietário do poço - que já tinha uma rede na periferia, colocou outra rede por cima, a fazer de tampa, mais parecendo um viveiro de passarinhos. Referiu que, com o inverno aquilo ia cair tudo e ficar ali uma grande lagoa, que estava a comer a terra e, um dia destes, entra no que é seu. Pediu para a Sra. Presidente intervir para evitar isso agora que está esgotado o prazo determinado pela Câmara e nada mais foi feito. -----

**A Sra. Presidente** informou que a autarquia não tem meios para ir demolir a parte da casa e tem que recorrer a serviços externos, desenvolvendo previamente um procedimento para o efeito. Deu conhecimento de que, durante o mês de agosto, foi lançado o procedimento para a demolição de parte desta casa, o qual ficou deserto. Adiantou que, de acordo com algumas das empresas contactadas não era uma obra apetecível. Existindo mais demolições elencadas em que o município tinha que se substituir a particulares, foi criado um lote com esta casa e as ruínas da Tipografia Nabão, encontrando-se em curso a elaboração do caderno de encargos para que seja possível lançar novo procedimento que contemple ambas as situações. No que se refere ao poço e conforme já explicou anteriormente, recordou que o poço está em terreno privado e a Câmara não pode atuar, tendo notificado o proprietário para que resolva a situação. Informou que os fiscais se vão deslocar novamente ao local para verificar a situação e o cumprimento da notificação para que, comprovada a informação prestada pelo munícipe se notifiquem as entidades competentes para atuar. -----

**O Sr. José Duarte** disse esperar que tudo se resolva da melhor maneira porque o que ali está já não é um poço, deve ter setenta ou oitenta metros de diâmetro. -----

**Terminado o período de atendimento ao público, a Sra. Presidente deu início ao "Período de Antes da Ordem do Dia", tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----**

**A Sra. Presidente** deu conhecimento que foi contactada por alguns órgãos de comunicação social nacionais quanto à questão dos refugiados e que lhes tem dito que o Município de Tomar se associa às iniciativas que serão tomadas pela ANMP, no seguimento das negociações com o Governo. Disse que não é competência das autarquias locais imiscuírem-se em questões de



política europeia e que irão cumprir o que for definido pelo Governo e acordado entre este e a ANMP no que se refere à ajuda e colaboração a prestar pelos municípios. Disse que não iam tomar aqui uma decisão, como alguns autarcas fizeram, sem que haja articulação entre a política nacional e as competências das autarquias locais. Relembrou que um por cento da população do concelho não tem habitação mas, mesmo assim, disse, estão disponíveis para fazer aquilo que for articulado entre a ANMP e o Governo. De seguida, informou que, nos dias dezoito e dezanove de setembro, se desloca a Córdoba, em Espanha, em representação da Rede de Judiarias de Portugal, a cuja Assembleia Geral o Município de Tomar preside, para participar numa Cimeira Ibérica de Redes de Judiarias, organizada pelo Ayuntamiento de Córdoba. Informou também que o Município se associou a uma prova de ciclismo militar, que percorre as cidades do país onde existem quartéis militares, com início em Lamego e termo em Beja, a qual chega a Tomar, à Praça da República, na manhã do dia dezasseis. Informou ainda que, na manhã do dia dezasseis, será recebida na Câmara uma delegação de Curitiba, Brasil, no âmbito de uma iniciativa conjunta do Turismo de Portugal e da Turismo Centro de Portugal. Continuando, a Sra. Presidente deu conhecimento de que irá ser realizada uma intervenção de manutenção no dique insuflável perto do mercado, e que vai ser aproveitada a ocasião para recolher dados topográficos que permitam fazer o projeto para uma intervenção de fundo que, no próximo ano, vão promover no dique do Flecheiro, esta mais profunda, provavelmente com betão e comportas para passagem da água. Por último, informou que, no decorrer da última reunião de Câmara recebeu a mensagem de que estava a ser assinado o contrato entre a CIMT e a CCDR Centro quanto à Intervenção Territorial Integrada (ITI) e que o mesmo vai ainda ser objeto de uma adenda, documentos de que dará conhecimento aos Srs. Vereadores logo que os rececione. -----

**O Sr. Vereador Bruno Graça** deu conhecimento de que todos os lugares disponibilizados para a Feira de Santa Iria estão ocupados exceto no setor das confeções onde só estão ocupados seis dos vinte e dois previstos, e que a receita que se vai obter é bastante superior a dois mil e catorze. Informou que, acolhendo a proposta do produtor de vinho António Jorge, também Vereador, o Mercado Grossista vai abrir ao setor vinícola e de azeites, sendo permitido que a venda por grosso possa abarcar os produtores do concelho noutros setores que não apenas o hortícola. Deu conta de que já entrou em contato com todos os outros produtores e que alguns ainda estão a estudar a situação porque a mesma envolve alguma logística. -----



**O Sr. Vereador António Jorge** perguntou se a intervenção nos diques será realizada no próximo ano.-----

Em resposta, **a Sra. Presidente** informou que se vai realizar agora uma intervenção de manutenção no dique insuflável e que vão aproveitar essa intervenção para fazer o trabalho de topografia do outro dique, essa sim a realizar no próximo ano, em altura a determinar de acordo com o caudal da água.-----

**O Sr. Vereador António Jorge** sublinhou que, no último semestre, têm assistido ao encerramento de alguns espaços comerciais, e que isso é algo que os preocupa porque demonstra que a capacidade de compra é cada vez menor e o número de pessoas a percorrer esses espaços também. Considerou necessário e urgente ir para a rua, como fizeram quando encerraram alguns parques de estacionamento no centro histórico, falar com as pessoas, recolher ideias e perceber até que ponto pode haver alguma interferência do Município. Disse saber que os recursos são poucos mas devem tentar ajudar, estar lado a lado com as pessoas, a par de tentar captar empresas, o que é sempre difícil numa conjuntura económica de recessão. Disse que olhando para os resultados que saíram nas duas últimas semanas relativamente às colocações de estudantes no IPT, verificam que das quatrocentas e setenta e sete vagas foram preenchidas apenas cento e quarenta e cinco, não significando necessariamente inscrições, o que é sinónimo de que Tomar, sendo uma cidade do interior é de segundo plano para quem se quer candidatar. Disse que é tempo - e ainda vão a tempo de o fazer para o próximo ano - de dar as mãos à Direção do IPT no sentido de ajudar, com estratégias de marketing, estratégias de desenvolvimento e de parceria, e no sentido de tentar cair em graça e tentar vender aquilo que é Tomar, a cidade e as ofertas do IPT, em conjunto com todas as empresas e parcerias que o IPT tem, como a IBM, que é um caso de sucesso. Recordou que esta empresa já passou a meta dos duzentos postos de trabalho e que, de acordo com o que lhes é dito pelos próprios diretores da IBM se mais licenciados houvesse na área da programação mais eles ficariam com essas pessoas. Afirmou que têm mesmo que tentar inverter a situação atual e que, não sendo fácil, está nas mãos de todos, deve ser uma motivação tentar promover Tomar e o seu Politécnico. Referiu-se à pintura efetuada no pavimento entre a Caixa Agrícola e as Algarvias, apenas nos troços objeto de repavimentação, e defendeu a necessidade de proceder à pintura na estrada toda pois, daqui a pouco tempo, com a alteração da hora, é de noite mais cedo e sabem que há muita gente e subir a Ladeira dos Marcos a pé e pode colocar-se em risco a própria população. Referiu que têm assistido a um conjunto de sinistros junto da Ponte do Carril, especialmente nos dias em que caem



chuvas intermitentes, como nos últimos dias, e que é preciso tomar medidas no sentido de colocar um piso antiderrapante pois o arranjo da ponte poderá levar meses e muitos sinistros ocorrerão entretanto. Sobre a lavagem das ruas da cidade disse que nos preparámos muito bem para a Festa dos Tabuleiros mas há que ter um trabalho continuado e, neste momento, a cidade não está limpa, como o comprovam o Centro Histórico, a Alameda Um de Março, a Rua Amorim Rosa e as respetivas arcadas. Referiu que os recursos humanos provavelmente são poucos mas é necessário tomar medidas e, como bons anfitriões que somos, podemos minorar o impacto dessa situação para os nossos munícipes e visitantes. Por último, referiu-se ao concurso de mobilidade, de que falou na última reunião, assim como o vereador Pedro Marques, e disse que esta semana leu num edital dos Recursos Humanos que o referido procedimento tem um júri, levando-o a lamentar que tenha lido num jornal e que essa informação não tenha chegado a quem colocou as dúvidas em sede própria, ou seja na reunião do Executivo Municipal.-----

**A Sra. Presidente** referiu que reuniram várias vezes com o IPT no sentido de articularem esforços pois entendem que o peso da cidade tem a sua relevância quando o estudante escolhe um local para estudar. Disse que, há mais de um ano que falam com o Politécnico no sentido deste também fazer marketing às oportunidades da cidade quando faz marketing à sua escola. No entanto, disse, não se podem esquecer do que se passou há um ano, quando os politécnicos e as universidades do interior se manifestaram, em conjunto com os autarcas, numa reunião ocorrida na Guarda, onde foi emitido um comunicado conjunto quanto às políticas centrais respeitantes à educação e ao ensino superior. Disse que o Politécnico, tendo aqui a IBM podia reestruturar os seus cursos e que isso chegou a ser falado pois se faz uma avaliação dos cursos que têm menos saída no mercado de trabalho pode fazer um reajuste dos seus cursos, até para responder a estas oportunidades de emprego que a IBM está a oferecer, mas não é fácil, não se consegue de um ano para o outro. Referiu que o Politécnico o conseguiu numa pós graduação, pois o processo é mais rápido, mas na estrutura de um curso de licenciatura demora mais tempo. Recordou que foram os alunos dessa pós graduação que, em conjunto com a IBM, construíram o aplicativo Smarter Fest. Disse que a estrada da FAI não é da competência do Município, e sim das Infraestruturas de Portugal, que já tinha sido notificada para promover um conjunto de marcações horizontais que já não se veem, nomeadamente na Marquês de Tomar, onde as pessoas não ligam à sinalização vertical e fazem algumas inversões de marcha e entram para a zona do estacionamento em frente aos correios. Informou que o Município lançou um concurso para as marcações da Rua de Coimbra



e notificou as Infraestruturas de Portugal para efetuar as marcações naquela artéria da sua competência, bem como questionou, e aguarda resposta, quanto à pintura efetuada na estrada da FAI, onde só fizeram as marcações nos troços que arranjaram, o que não faz sentido. No que se refere à Ponte do Carril, salientou que aplicar camada de desgaste num troço que vai entrar em obras é manifestamente deitar dinheiro fora. Disse que a via tem a devida sinalização vertical e que, tal como noutros locais, quando caem as primeiras chuvas a aderência dos pneus é menor e as pessoas terão que conduzir com mais cautela. Relativamente à lavagem das ruas disse que podiam sempre fazer melhor, que o desejável era que a limpeza que foi feita aquando da Festa dos Tabuleiros pudesse ser feita mensal ou bimensalmente mas, nessa altura o serviço foi efetuado por uma empresa contratada pelos SMAS, por falta de trabalhadores para o fazer, e, objetivamente, neste momento, não há trabalhadores nem podem gastar trinta e dois mil euros, que é quanto foi gasto na altura. Referiu que tem encontrado quem entende que a cidade está limpa mas também acha que deviam fazer mais, que o ideal seria realizar uma lavagem das principais artérias da cidade durante a noite, como já se fazia há largos anos atrás. Disse que, no próximo ano, vão tentar que haja pelo menos uma lavagem mais global como a que houve este ano. Sobre a questão do júri do procedimento disse que pensa ter saído no mesmo edital e que, de acordo com as indicações que tem quando é publicado um edital o mesmo é enviado para os Srs. Vereadores. Disse que vai confirmar se assim é. -----

**O Sr. Vereador António Jorge** disse que a colocação de antiderrapante junto à Ponte do Carril tem os seus custos mas, não se colocando têm que considerar uma alternativa. Sugeriu que com recurso a máquina adequada se gaste a camada superficial pois o alcatrão fica mais rugoso e os acidentes já não acontecem da mesma forma.-----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** referiu-se à questão do Politécnico e sublinhou que ainda está a decorrer a segunda fase de candidatura. Disse que, de qualquer modo, não devem ter a pretensão de estar a influenciar, muito menos publicamente, a gestão do Politécnico na sua área específica, na oferta que faz a quem procura. Tal como foi falado a propósito do Hospital, entende que deviam fazer a promoção da cidade e do concelho pois muitas das notícias que são veiculadas não são nada abonatórias. Disse que isto é algo que deviam fazer porque alguma procura de cidades do interior resulta do que as pessoas delas conhecem. Disse que não podem pensar que a IBM não tem limites, porque tem, e, portanto, a oferta terá que ser mais diversificada. Referiu que não se esquece de algum aparato que, no início deste mandato, foi dado a um protocolo com o Politécnico e a algum investimento, do qual, desde então, não



têm tido notícia. Disse que depois do que aconteceu no início as coisas ou arrefeceram ou morreram porque nunca mais tiveram qualquer informação e é pena que a informação não venha regularmente, seja ela positiva ou menos positiva, para saberem o que se passa. Ficaram sem saber o que se passa com aquela iniciativa que havia de prolongamento da área do CENIT para as traseiras, bem como a ocupação do atual campo de jogos do Politécnico com determinado tipo de infraestruturas. Disse que não sabe se isto morreu ou não, pelo menos a informação não tem vindo, não deixando assim de ter algum fundamento alguma crítica que houve na altura de que estavam perante algum folclore. Salientou que estarão sempre de acordo com tudo o que seja para desenvolvimento desta terra, feito com conta, peso e medida, e que o órgão executivo tenha conhecimento do que se vai passando. Disse que ia abordar algumas situações que, com muita pena sua se vão arrastando, como a questão do IVA dos SMAS. Referiu que não teve qualquer informação concreta e que, se a situação assim continuar só lhes resta participar ao Ministério Público para que eles saibam o que se passa pois, se o IVA que pagamos não é reembolsado quando há correção da fatura, alguém fica com ele, indevidamente. Disse que tem consciência que não é só de agora, que é uma situação de há muitos anos, mas alguma coisa vai mal se demora tanto tempo a analisar. Assim como já referiu em relação à DF, sobre a prestação de informação sobre despesas, em resposta a requerimentos que apresentou, que não é prestada, indicando que ou não foram contabilizadas e estão na gaveta, contrariando totalmente aquilo que de início argumentaram contra a DF e os procedimentos no anterior mandato, ou então há incompetência, ou não são capazes ou não querem dar a informação solicitada. Outra situação que os preocupa tem a ver com os contadores e a exigência de fazer obras e colocar os contadores no exterior, nalgumas situações até em casas comerciais, abertas das nove às treze e das catorze e trinta às dezanove horas, muitas vezes sem grandes condições para o fazer pois custa dinheiro e há pessoas que não têm posses para tal. Não percebe porque é que, numa casa comercial os serviços não podem ir ao interior verificar o que se passa e fazer a leitura do contador. Referiu a incompetência de quem está responsável pelos SMAS ao estar a exigir contador onde não deve exigir. Estando aqui três membros do Conselho de Administração dos SMAS, pediu-lhes que anotassem isto e que o referido órgão avalize e homologue as decisões dos serviços com olhos de ver para que não se continuem a fazer coisas que não se devem fazer. Relativamente ao Bairro primeiro de maio, disse que não sabe se já foram entregues as habitações, se a casa foi entregue aos jovens por algum período de tempo ou é para continuar, e se já planearam ou tiveram em conta que determinadas famílias que possam ir viver para aquele bairro precisam



*[Handwritten signature]*

de ser bem inseridas. Disse que os nossos serviços sociais devem atuar porque o que menos querem é que aquela situação, já por si difícil, possa efetivamente ter outros condimentos e tornar-se ainda mais difícil. Disse que não é nenhuma crítica, é uma chamada de atenção para que as coisas possam ir no bom caminho e as habitações que estão para recuperar o sejam porque nunca percebeu, e não é só de agora, porque é que, numa situação de carência habitacional não foi prioritário recuperar as casas do Bairro primeiro de maio. No que se refere à limpeza, perguntou porque é que não se limpa junto aos contentores da cidade, pois constata que, à volta dos ecopontos há lixo constantemente, não lixo que caia quando se procede ao despejo, porque isso seria normal e justificável. Referiu que quem ali anda a fazer a varredura ou não olha ou não quer olhar para aquilo e não limpa, situação que deve merecer atenção das chefias intermédias. Outra situação que os preocupa e deve merecer atenção é o que se passa nos jardins, tão mal tratados e com relva tão alta, não só devido às festas que se realizaram no jardim da Várzea Pequena. Disse que nunca percebeu como é que a capacidade de intervir nos jardins e na limpeza foi negligenciada ao longo de todos estes anos quando a cidade de Tomar era aprazível pela sua beleza natural mas também pelo seu espaço ajardinado e limpeza. Afirmou que quem anda na rua e aqui reside há muitos anos se mostra preocupado e lamenta a situação. Referiu que a falta de sinalização horizontal pode ser um perigo e que a questão da estrada de Paialvo é algo que já devia ter sido exigido à Infraestruturas de Portugal pois aquela estrada precisa de ser requalificada e constitui um perigo, essencialmente para os peões que sobem e descem por ali, das Algarvias e do Bairro Senhora dos Anjos. Chamou a atenção para isto pois não tem havido acidentes graves mas podem acontecer. Disse que a situação da Ponte do Carril os preocupa a todos e que, desde dois mil e sete se batem para que seja resolvida. Referiu que assim como aqui criticam algumas coisas saúdam que esta obra finalmente avance. Relativamente ao Mercado, referiu que encontra cada vez mais pessoas que, à quinta-feira, vão a Ourém, porque têm lá outras condições, o que é muito triste pois ainda se lembra que o Mercado de Tomar, pelo menos à sexta-feira e ao sábado, era procuradíssimo. Referiu que, em especial ao sábado, não havia quem nos visitasse que não fosse ao mercado e cá viesse às compras. Salientou que a falta de projeto que criticou no mandato anterior se manteve, apesar de haver alguém que lhe disse que não há falta de projeto porque de eletricidade já houve alguns dez mas agora, ao que parece, ainda vão partir mais porque as coisas não estão bem feitas. Disse que não entende isto, que, no tempo do Paiva, criticavam porque, em muitas obras, era faz, desfaz e volta a fazer, e ali está a acontecer o mesmo. Disse que não percebe como é que algo que era um



objetivo no início do mandato, a meio do mesmo não está concluído e não tem projeto. Disse que, se tivessem mandado fazer um projeto, mesmo que tivessem parado a obra três ou quatro meses tinham poupado tempo e dinheiro. Disse que ou se aposta ou não se aposta, que não pode dizer-se que é importante e continuar assim dois anos depois, que não vale a pena ninguém sacudir a água do capote – já ouviu o Eng.º Bruno Graça sacudir a água do capote e dizer que não é com ele, mas porque está a correr mal porque se estivesse a correr bem, se fosse em seis meses que o assunto ficasse resolvido, era com ele. Pediu que se assuma por inteiro que a questão do Mercado é uma responsabilidade de todos mas diretamente de quem tem a gestão desta casa e que, ao fim de dois anos de mandato, ainda anda a partir coisas porque se fez asneira, estando a gastar dinheiro, a perder espaço no mercado para outros, porque as pessoas se habituam a ir a outro lado e depois não voltam atrás. Disse que a questão do Mercado já os envergonha, que gostaria muito de vir aqui saudá-los por coisas boas, por resultados, mas não é isso que acontece. No que se refere à questão dos refugiados, disse que não ficou muito satisfeito com a abordagem que a Sra. Presidente fez porque têm que ter vontade própria, não podem reivindicar a autonomia do poder local, e de cada um dos municípios, só quando dá jeito. Disse que estão perante pessoas que necessitam de ajuda, que fogem à morte – e todos os dias as notícias são cada vez piores; então quando se fala em crianças ainda pior – e que cada um, em termos pessoais, tem a liberdade de ter a sua opinião. Disse que está a falar muito em termos pessoais porque é um assunto de que têm falado no seu Grupo mas não têm uma posição, e que as situações humanitárias têm que ser olhadas pela positiva e de forma a ajudar a resolvê-las – pessoalmente, se aparecer uma criança abandonada não terá problema em acolhê-la, se for caso disso. Disse que, neste momento, a sua preocupação é que devam estar a preparar-se para que tal possa acontecer e não sente isso. Disse que a Sra. Presidente faria o que entender mas, no seu lugar, já teria reunido todos, analisado a situação e visto de que meios dispunham para poder dar uma resposta positiva se a tal fossem chamados. Isto sem esquecer, e a Sra. Presidente tocou no ponto, que também os preocupa, de terem muita gente no concelho a necessitar de habitação e terem a questão das famílias de etnia cigana – que é uma promessa da maioria mas é, também, uma obrigação do executivo resolver. Disse que percebe que o peso que esta situação possa ter é agravada pelo peso de uma situação muito complicada mas, por ser complicada é que tem que ser discutida, analisada e encontrados os meios para a resolver. Disse que não vão ficar com certeza de braços cruzados à espera que a União Europeia e o Governo decidam pois estas estas pessoas não procuram a Europa por acaso, procuram



porque para eles são países de liberdade onde, à partida, podem desenvolver as suas atividades ou ter condições para que as suas famílias e os seus filhos cresçam em melhores condições, e têm que lhes dar a mão, não podem ignorar que a Europa também causou muita desgraça nesses países. Referiu que esta questão já é falada há muito tempo e recordou que, numa conversa que teve há mais de vinte anos com uma pessoa muito respeitada, religiosa, membro de muitas instituições locais desde sempre, a propósito do que se passava nos países africanos e médio oriente, este lhe disse que os ocidentais não tomaram conta deles lá e daqui a alguns anos tomam eles conta de nós cá, e é isso que, infelizmente, está acontecer. Disse que a Europa das liberdades e tudo mais o que fez muitas vezes – a Europa e o ocidente, EUA e outros, foi ir lá explorar aquelas situações e não ser solidário e colaborante com eles. Disse que o que preocupa acima de tudo é que a Europa não tem resposta para o que está a acontecer porque nunca pensou no assunto e não podem cair aqui no mesmo erro. Disse que a questão da habitação social é cada vez mais premente e prioritária no Município, para a qual todos devem olhar e entender claramente prioritária na totalidade. Frisou que têm que estar preparados para isto e que, independentemente de algum esforço que foi feito neste mandato, que não ignora, não podem ignorar ou esquecer as famílias tão carenciadas e também o que se passa no Flecheiro, que, além do mais, pode tornar-se um problema complicado em termos de focos de alguma instabilidade ou até de alguma violência. Disse que a questão dos refugiados não os deve inibir e que devem dar achegas sobre ela e, no seu caso, a achega que dá é que pensem nisto e trabalhem todos para que se encontrem as melhores soluções. Disse que a Sra. Presidente pode contar com os IpT se tiverem que dar as mãos, ou fazer uma revisão orçamental, para um maior esforço na questão da habitação social, pois a habitação social e as questões sociais, com a crise e os problemas que temos, são áreas devem preocupar seriamente e merecer atenção para que possam chegar a bom porto. Referiu que já se tocou aqui hoje, embora de forma crítica, nalgumas áreas que têm a ver com o desenvolvimento socioeconómico, que é fundamental, e com a área social, a par da educação que, não sendo tanto com o Município dispõem de muitos elementos que mostram o esforço que tem sido feito ao longo dos anos e continua a fazer-se.-----

**O Sr. Vereador Hugo Cristóvão** abordou a questão dos contadores e disse que os SMAS estão a aplicar a lei e os regulamentos em vigor, de forma genérica. Referiu que têm chegado aos serviços algumas queixas e reportes de incapacidade de fazer a mudança dos contadores para espaço exterior acessível aos leitores em qualquer altura, as quais têm sido analisadas e dada a possibilidade de, para já, prorrogar para dois mil e dezasseis essa obrigatoriedade



legal. Disse que as pessoas que entenderem que não têm condições socioeconómicas, ou outras, têm que escrever aos SMAS e fundamentar essa impossibilidade para que possa ser analisada. Disse que, genericamente, estão a pedir aos munícipes que cumpram a lei e, depois, as situações serão analisadas caso a caso, consoante aquilo que lhes for apresentado. Em relação ao bairro primeiro de maio, onde a semana passada esteve duas vezes, por situações diferentes, informou que têm vindo a fazer alguns trabalhos na área da ação social, de acordo com as possibilidades existentes. Recordou que, no início do mandato, o Município tinha duas técnicas superiores na área da ação social, o que os colocava ao nível de concelhos como Constância, por exemplo, que é o mais pequeno da região, e esse pessoal não chegava para tudo. Disse que, entretanto, conseguiram duplicar o pessoal desta área, ao serviço da UISE, e que, com isso, têm conseguido desenvolver alguns trabalhos, nomeadamente um que está praticamente concluído que tem a ver com a atualização de todos os dados das pessoas que vivem no bairro primeiro de maio e no bairro Nossa Senhora dos Anjos (rendimentos, agregados familiares, entre outros) e que há apenas meia dúzia de situações em que terão que encetar outras diligências para conseguir essa atualização. Disse que, paralelamente, têm conseguido também, avaliando caso a caso e conversando com as pessoas, começar a libertar algumas casas que estavam atribuídas a algumas pessoas mas efetivamente sabia-se que a situação já não se justificava – uma chave será entregue no final de setembro, outra no final de outubro; algumas têm situações legais pelo meio, outras vai de conseguir falar com as pessoas e levá-las a perceber que não podem ter na sua posse uma casa de que, na verdade, já não precisam quando há outras pessoas que dela mais necessitam. Disse que, aos poucos, estão a fazer esse trabalho sendo certo que não é um trabalho fácil e que, desde logo, muitas vezes, depende da própria sensibilidade das pessoas, porque senão têm que recorrer a formas mais complicadas, nomeadamente aos Tribunais. Informou que não foi cedida nenhuma casa aos jovens do Programa Escolhas, antes foi disponibilizado um espaço para o desenvolvimento de algumas atividades, e cedida a respetiva chave, até que a casa entre em obras - porque é uma das seis que integram a candidatura ao IHRU, para evitar que tivessem que escolher um sítio cada vez que fosse necessário promover determinada atividade. Disse que o próprio Programa Escolhas termina em dezembro e não há certezas de que haja uma nova geração, uma nova fase, e que a casa será liberta assim que seja necessária para entrar em obras. Disse que há de fato várias situações no bairro que os preocupam e que têm vindo a acompanhar, referindo que, dos muitos atendimentos que tem feito – a manhã de sexta-feira está habitualmente reservada para atendimento aos munícipes e na última, por exemplo,



todos os atendimentos que efetuou foram referentes a situações do bairro primeiro de maio - e das deslocações ao local sabem que há ali muitas situações sensíveis que têm que ser resolvidas, fora dos holofotes. Estão a estão a conseguir resolver alguns casos e outros, como disse, vão obrigar a outras diligências mais musculadas. No que se refere ao concurso para atribuição de quatro habitações, esclareceu que o júri teve que analisar as reclamações que foram apresentadas em sede de audiência prévia e que não deu tempo para a lista definitiva vir a esta reunião, mas virá à próxima, e depois disso é que se promoverá a entrega das habitações. Relativamente à questão que o Vereador Pedro Marques abordou sobre algum trabalho e cuidado que é preciso relativamente a alguns casos disse que, se a lista definitiva confirmar a provisória, à partida, há uma situação em particular, de um jovem casal que irá para lá, que o preocupa. Adiantou que têm estado a ver isso com os serviços, e que têm realmente que acompanhar e ter algumas medidas preventivas para evitar que nasçam problemas novos para além daqueles que querem resolver.-----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** disse que não é solução adiar a questão dos contadores para dois mil e dezasseis até porque a lei não diz que o contador tem que estar no exterior, diz que tem que estar acessível, e está acessível se estiver num estabelecimento aberto todos os dias da semana. Referiu ainda que, durante três ou quatro dezenas de anos todos os processos de obras novas passaram pelos SMAS e, nalgumas situações, se calhar, antes de incomodar as pessoas e exigir contadores onde não são necessários aqueles serviços deviam olhar para os processos de licenciamento. Referiu-se ainda à falta de limpeza do rio Nabão a montante, a partir da zona da estalagem, para cima, e disse que é uma situação muito antiga onde tem havido algum desleixo dos executivos recentes. Referiu ainda a permanência dos contentores sanitários no recinto do Mercado, apesar de já lhe ter sido dito que a situação ia ser resolvida. Disse que não sabe de quem são, nem lhe interessa saber, mas é muito estranho que se incomodem com muita coisa que por aí esteja e não estejam incomodados com isto. Frisou que o Vereador Hugo disse, e bem, que estão a refazer o quadro dos técnicos de serviço social para dar resposta às necessidades, o que o leva a voltar a falar na questão das prioridades pois se é tão essencial termos técnicos nesta área não percebe porque é que abrimos concurso para um técnico de informática. Recordou que, na altura que aqui veio a abertura de concurso para uma série de pessoal tiveram dificuldades que viesse tudo junto, porque há situações em que estão de acordo e outras nem por isso, e, vindo tudo junto, para não penalizarem as áreas que são necessárias acabam por não inviabilizar. Disse que vai aguardar para ver mas não percebe, não justificaram nunca a necessidade de um técnico de informática, e entende que,



se precisamos de técnicos de serviço social é preciso perceber porque é que apostamos num lado e não apostam no outro. Disse que têm que apostar claramente no serviço social e é urgente que o façam. Salientou que o problema do bairro primeiro de maio não é de agora, é de há muitos anos, e quem conhece o que ali se passa sabe que é preciso intervir. Disse que é grave que os jovens vão crescendo numa situação que, às vezes, não é a melhor e, daqui amanhã, estão desenquadrados e os conflitos surgem. Referiu mais uma vez que tudo o que seja investimento e desenvolvimento socioeconómico em Tomar tem o apoio dos IpT, que não está nem nunca esteve em causa o investimento do Pingo Doce em Tomar, mas aquele investimento, com os contornos que tem, está a levantar muitas dúvidas e acha que vai fazer correr muita tinta. Disse que não se podem esquecer que aquele espaço foi alienado por um milhão de euros e tem levantado alguma polémica, os comentários que se fazem e tudo o mais não vão abonar muito esta situação, e, se as coisas não estão corretas não é a eles que cabe pronunciar-se, há entidades policiais que possam averiguar essas situações. Disse que é a questão da segurança que o preocupa, o facto de, num espaço tão curto, com carros em progressão, como o António Jorge também referiu, haver uma entrada e uma saída, de pessoas, mercadorias, etc. Reiterou o que já disse depois da última reunião ter terminado, que com a decisão aqui tomada, com o conflito que vai dar e a falta de segurança, colocaram uma tarja negra naquele local. Disse que foi um ato mal refletido de quem analisou o processo pois a segurança está posta em causa, vai haver acidentes, que espera não sejam graves em termos de vida das pessoas, e o executivo é o primeiro responsável por essa situação.-----

**A Sra. Presidente** disse que a informação sobre o IVA dos SMAS está pronta e só não a colocou na reunião porque apareceu na sua caixa, para despacho, na quinta-feira mas virão à próxima reunião todos os esclarecimentos, com alguns casos reais onde foi riscado o nome dos clientes. Quanto à questão dos contadores, disse que a lei é clara e determina que se localizem em local acessível à leitura mas a ERSAR não está a aceitar esta interpretação, que, para si, é a única. Deu o exemplo do edifício municipal onde está instalada a Assembleia, que obviamente não vão partir para por o contador no exterior. Disse que não podem deixar de dar cumprimento à lei e que os SMAS estão obrigados a reportar mensalmente à ERSAR a monitorização do cumprimento da lei e da recomendação, e que estão a apreciar as exposições que lhes estão a chegar e a deferir os pedidos até conseguir que a ERSAR aceite o nosso entendimento de que basta estar em local acessível, pois a primeira resposta desta entidade foi negativa. As lojas, por exemplo, estão abertas à hora que os leitores trabalham e não faz sentido esta imposição. Quanto à questão dos WC's no recinto do Mercado, disse que a



entidade já foi notificada por várias vezes a retirar o equipamento do sítio e que vamos retirá-lo até porque tem que ser aberta uma vala no local onde se encontram. Disse que é a empresa que tem que o vir buscar pois não vamos substituir-se-lhe. Disse que qualquer alojamento ou realojamento no bairro primeiro de maio tem que ser acompanhado por um processo de integração e intervenção social, o que tem estado a ser assegurado pelo Programa Escolhas, em articulação com os nossos serviços sociais. Numa conversa que teve com o responsável do referido programa foi-lhe reportado que o maior número de utentes do Programa Escolhas são do bairro primeiro de maio. Disse que tem que haver um projeto de intervenção social para aquelas situações – deu o exemplo da casa do senhor que todos conhecem e que está insustentável – quer no bairro primeiro de maio quer no bairro Nossa Senhora dos Anjos, onde também há casas vagas, se bem que algumas com problemas jurídicos. -----

**O Sr. Vereador António Jorge** disse que a lei é para aplicar mas quem a elabora não conhece a realidade, todas as cidades têm centro histórico e, no nosso caso, temos edifícios com centenas de anos que, na sua frontaria, como a Casa Vieira Guimarães, têm pranchas de pedra e outras forradas a azulejo. Disse que, se essa gente acha que vamos recortar um buraco para colocar um contador é porque ou não vive ou não conhece ou não sai dos shoppings, e que devem ir junto de quem de direito denunciar e dizer que é impossível contornar e criar este sistema nas fachadas dos edifícios. Disse que a solução seria deixar um boletim com data e hora marcada para fazer a leitura nos locais onde a porta está habitualmente fechada. Disse que devem ser intransigentes e ir à tutela fazer ver as coisas, para serem alteradas pois, nessa entidade, estão nas mãos de uma ou duas pessoas que não conseguem ter a mínima sensibilidade sobre o que é o espaço urbano num centro histórico. ---

**A Sra. Presidente** disse que, ao longo dos anos, as entidades reguladoras têm tido um aumento de poder, têm mais poder que o próprio Governo e nem sequer se sujeitam ao escrutínio público. Disse que não temos autonomia para decidir a tarifa da água e se quisermos baixar, como fizemos este ano, nalguns escalões, tivemos que quase implorar à ERSAR que aceitasse, o que é completamente ridículo. Para dar razão ao que disse o Sr. Vereador sobre as pessoas estarem fechadas em gabinetes e não verem a realidade, deu o exemplo do edifício dos Paços do Concelho no âmbito da eficiência energética, para o qual a proposta da CCDR era a criação de uma unidade de bio combustão em pleno centro histórico, ao lado de edifícios classificados. Informou que começaram a trabalhar nesta área e que, quando receberem a ITI verão que a CCDR só aprovou um equipamento por município e que, no caso de Tomar são as Piscinas. Disse que, no caso dos contadores não podem desistir e



*e. N*

eles têm que perceber que as pessoas não vão partir as suas casas, que há sítios em que é impossível, como na Igreja de Santa Maria dos Olivais e de São João Baptista, por exemplo, e que a haver imposição e tolerância zero tem que ser para o futuro. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** disse que lei é lei e uma recomendação não pode estar em desacordo com a lei. Disse que os partidos são importantes em democracia mas o que conta são as pessoas e, muitas vezes, o problema resulta da incompetência das pessoas que estão em determinados lugares, ocupados por razões político-partidárias que não fazem sentido nenhum. Disse que é incompetente, por exemplo, quem vem dizer que quer uma unidade de bio combustão aqui, e que, do que ouviu da Sra. Presidente sobre o tarifário dos SMAS a ERSAR está claramente a imiscuir-se na autonomia do poder local e leva para trás em tribunal em qualquer situação. Disse que, se é o município que vai fazer a leitura dos contadores é ele que deve regular como o faz. Disse que percebe que haja uma lei e que o contador tenha que estar acessível, não discute sequer, mas a acessibilidade é a pessoa lá poder ir e o procedimento para lá chegar depende do município, além de que, como bem disse o António Jorge, há pessoas que não têm dinheiro para fazer o trabalho e não pode ser o município a ficar com esse encargo. Referiu que, conforme a Sra. Presidente falou da antiga biblioteca podia falar do edifício do barbeiro, mesmo em frente, que tem o mesmo problema, assim como como muitos outros. Disse que é uma situação que devem ultrapassar e se a ERSAR não estiver satisfeita que vá para tribunal. -----

**A Sra. Presidente** reforçou que a lei é clara e que o contador tem que estar em local acessível.-----

**A Sra. Vereadora Beatriz Schulz** disse que passou ano e meio depois da notícia sobre o protocolo entre a Câmara e o Ministério da Justiça em relação aos reclusos que viriam ajudar na manutenção geral, limpeza e arranjos exteriores, onde claramente é preciso intervir, e não foi mais prestada qualquer informação sobre o assunto. Referiu-se aos parques infantis na rua Carlos Pereira, em frente da EB1 Infante D. Henrique, e junto ao Lidl, que estão fechados há mais de um mês e que são tão necessários para as crianças. -----

**A Sra. Presidente** informou que pediram um adiamento da entrada em vigor do protocolo para colaboração dos reclusos porque, para além da alimentação, que não constitui qualquer problema, têm que assegurar as deslocações entre Torres Novas e Tomar, e, como as viaturas da Câmara Municipal têm que ser conduzidas por trabalhadores do município não temos condições de o assegurar. No que se refere aos parques infantis, informou que estiveram fechados porque roubaram parte do chão. Disse que vamos intervencionar o parque infantil



junto ao pavilhão, de cujo projeto dará conhecimento na próxima reunião, e que o procedimento para aquisição do pavimento novo inclui o pavimento necessário para o outro. --

**Terminado o Período de Antes da Ordem do Dia, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:** -----

**BALANCETE:** - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia onze de setembro do ano de dois mil e quinze, o qual acusa os seguintes saldos: dois milhões quinhentos e oitenta e três mil seiscentos e noventa e sete euros e quarenta e quatro cêntimos (2.583.697,44€) em Operações Orçamentais, e oitenta e oito mil novecentos e oitenta e três euros e vinte e quatro cêntimos (88.983,24€) em Operações Não Orçamentais. -----

**PROPOSTAS:**-----

**PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE:** -----

**N.º 01 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TOMAR**-----

Foi presente uma proposta da Senhora Presidente do seguinte teor: "Nos termos da alínea p) do n.º1 do artigo 33.º do anexo à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio de 3.600€ (três mil e seiscentos euros) ao centro cultural e desportivo da câmara municipal e serviços municipalizados de Tomar, considerado o cabimento que deve fazer parte da deliberação."-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o subsídio proposto, com cabimento e compromisso n.ºs 3770/2015 e 5396/2015, respetivamente, nos termos da alínea p) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

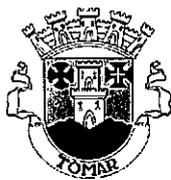
Esta deliberação foi aprovada por maioria de quatro votos a favor, os votos contra dos Senhores Vereadores António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e Beatriz Schulz Nunes e a abstenção do Senhor Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

Os Senhores Vereadores António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e Beatriz Schulz Nunes apresentaram a seguinte declaração de voto: "Mais uma vez, estranhamos a atribuição destes subsídios."-----

Votamos Contra, reiterando as considerações das Declarações de Voto apresentadas pelos vereadores do PSD, nas reuniões de Câmara anteriores. -----

Pretendemos saber: -----

1. Para que efeitos são os subsídios?-----



2. Onde foram gastas as anteriores atribuições, que já vierem às reuniões de Câmara? -----

3. Queremos o relatório de contas destas entidades, dos últimos 2 anos, demonstrativas das aplicações, ou não, destes subsídios e das atividades a que os mesmos se destinaram?". -----

**N.º 02 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À LIGA DOS AMIGOS DOS BOMBEIROS DE TOMAR**

Foi presente uma proposta da Senhora Presidente do seguinte teor: "Nos termos da alínea u) do n.º1 do artigo 33.º do anexo à lei n.º75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição à Liga dos Amigos dos Bombeiros de Tomar, um subsídio para apoio às suas atividades estatutárias, no valor de quatro mil e quinhentos euros (4.500€), considerado o cabimento e compromisso respetivo, que deve fazer parte da deliberação." -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o subsídio proposto, com cabimento e compromisso n.ºs 3770/2015 e 5395/2015, respetivamente, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi aprovada por maioria de quatro votos a favor, os votos contra dos Senhores Vereadores António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e Beatriz Schulz Nunes e a abstenção do Senhor Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

Os Senhores Vereadores António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e Beatriz Schulz Nunes apresentaram a seguinte declaração de voto: "Mais uma vez, estranhámos a atribuição destes subsídios.-----

Votamos Contra, reiterando as considerações das Declarações de Voto apresentadas pelos vereadores do PSD, nas reuniões de Câmara anteriores. -----

Pretendemos saber: -----

1. Para que efeitos são os subsídios?-----

2. Onde foram gastas as anteriores atribuições, que já vierem às reuniões de Câmara? -----

3. Queremos o relatório de contas destas entidades, dos últimos 2 anos, demonstrativas das aplicações, ou não, destes subsídios e das atividades a que os mesmos se destinaram?". -----

**INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE:** -----

**N.º 03 - CEDÊNCIA DO AUTOCARRO DO MUNICÍPIO DE TOMAR DURANTE O MÊS DE AGOSTO DE 2015** -----

Foi presente a informação n.º 331/2015 do Gabinete de Apoio à Presidência, à Vereação e à Provedoria Municipal, dando conhecimento das cedências do autocarro do Município durante o mês de agosto de 2015. -----



*[Handwritten signature]*

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o apoio financeiro prestado no âmbito das cedências do autocarro efetuadas durante o mês de agosto de 2015, no montante de 2.668,50€. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**GABINETE DE COMUNICAÇÃO:** -----

**N.º 04 - APOIOS A ENTIDADES EXTERNAS – Relatório de custos de impressão – agosto de 2015** -----

Foi presente o relatório de custos de impressão de material a entidades externas, realizados pelo Gabinete de Comunicação durante o mês de agosto de 2015. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar os despachos que autorizaram os diversos apoios prestados, no montante global de 40,25€.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:** -----

**N.º 05 - PROJETO DE ALTERAÇÕES AO COMPLEXO CULTURAL E MUSEU DA LEVADA – Projeto de alterações** -----

Foi presente a informação n.º 4945/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o projeto de alterações do Complexo Cultural e Museu da Levada.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o projeto de alterações do Complexo Cultural e Museu da Levada, adjudicado a Cândido Chuva Gomes, Arquitetos, Lda.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 06 - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO MURO DE SUPORTE DO CENTRO ESCOLAR DOS CASAIS – Receção definitiva**-----

Foi presente a informação nº 4956/2015 do Departamento de Obras Municipais com remessa do Auto de Vistoria para efeitos de receção definitiva da Empreitada de Construção do Muro de Suporte do Centro Escolar dos Casais, que conclui estar a obra em condições de ser recebida.-

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou receber definitivamente a obra supra referida, atento o teor do Auto de Vistoria, que homologa, autorizando a liberação parcial da garantia bancária nº 980154005676 no valor de 4.003,53€, correspondente ao valor residual da caução prestada. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----



*[Handwritten signature]*

**N.º 07 - EMPREITADA DE APLICAÇÃO DE RAILES METÁLICOS NA E.M. 525 E E.M. 529  
- Revisão de preços provisória-----**

Foi presente a informação nº 5056/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo à aprovação do Executivo Municipal a revisão de preços provisória relativa à Empreitada de Aplicação de Railes Metálicos na E.M. 525 e E.M. 529, adjudicada à Sociedade Nacional de Sinalização Vertical, Lda. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o cálculo de revisão de preços provisório da empreitada supra identificada, do qual não resulta qualquer valor a reportar. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 08 - EMPREITADA DE APLICAÇÃO DE RAILES METÁLICOS NA E.M. 525 E E.M. 529  
- Conta da empreitada -----**

Foi presente a informação nº 5055/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo à apreciação do Executivo Municipal a aprovação da conta provisória da Empreitada de Aplicação de Railes Metálicos na E.M. 525 e E.M. 529. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou: -----

1 - Aprovar a conta provisória da Empreitada de Aplicação de Railes Metálicos na E.M. 525 e E.M. 529, no valor de 14.641,78€ (catorze mil seiscentos e quarenta e um euros e setenta e oito cêntimos), onde se inclui o IVA correspondente. -----

2 - Notificar o empreiteiro da conta final ora aprovada, concedendo o prazo de 15 dias para assinar ou deduzir reclamação fundamentada, nos termos e para os efeitos da legislação aplicável. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 09 - ISENÇÃO DAS TARIFAS DE ESTACIONAMENTO -----**

Foi presente a informação nº 5255/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a ratificação do Executivo Municipal a isenção do pagamento do estacionamento no Parque de Estacionamento 2, concedido no âmbito da realização do Programa Televisivo "Verão Total", que decorreu no dia 26 de agosto. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Senhora Presidente que autorizou a isenção do pagamento do estacionamento no Parque de Estacionamento 2, num custo de 2,70€. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade. -----



*[Handwritten signature]*

**N.º 10 - CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO DIVERSO AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DE PORTO MENDO**-----

Foi presente a informação n.º 4974/2015 do Departamento de Obras Municipais, dando conta da listagem do equipamento cedido ao Centro Cultural e Desportivo de Porto Mendo, no âmbito da realização dos festejos anuais. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar a cedência do referido equipamento ao Centro Cultural e Desportivo de Porto Mendo, conforme solicitado. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 11 - CEDÊNCIA DE GABIÕES À JUNTA DE FREGUESIA DE ASSEICEIRA**-----

Foi presente a informação n.º 4702/2015 do Departamento de Obras Municipais, dando conta da disponibilidade de fornecer gabiões à Junta de Freguesia de Asseiceira. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar a cedência de 20 gabiões de 2x1x1m e de 20 gabiões de 2x1x0,50m à Junta de Freguesia de Asseiceira, conforme solicitado, num custo total de 1.340,00€. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:**-----

**N.º 12 - AUTORIZAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE**-----

**REQUERENTE: Maria do Céu Iria dos Santos Freire**-----

Foi presente o processo n.º 288/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para o aumento do número de proprietários dos prédios rústicos inscritos na matriz predial sob os artigos n.ºs 56, 57, 58, 73 e 382, da secção N; artigo n.º 654, da secção O; artigos 75, 76, 86 e 89, da secção Q; artigos n.ºs 488 e 489, da secção X; e artigo n.º 111, secção AA, da União das Freguesias de Serra e Junceira, em nome de Maria do Céu Iria dos Santos Freire, com informação n.º 3909/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição de compropriedade aos prédios rústicos inscritos na matriz predial sob os artigos n.ºs 56, 57, 58, 73 e 382, da secção N; artigo n.º 654, da secção O; artigos 75, 76, 86 e 89, da secção Q; artigos n.ºs 488 e 489, da secção X; e artigo n.º 111, secção AA, da União das Freguesias de Serra e Junceira, desde que não resulte a divisão física dos prédios, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----



*[Handwritten signature]*

**N.º 13 - AUTORIZAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE-----**

**REQUERENTE: Maria Helena Marques Neves-----**

Foi presente o processo n.º 268/EDIF/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para aumento de compartes do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o art.º 174, secção B, da Freguesia de Sabacheira, em nome de Maria Helena Marques Neves, cabeça de casal da herança aberta por óbito de Emília Pereira Marques, com informação n.º 3758/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável.--

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o art.º 174, secção B, da Freguesia de Sabacheira, desde que não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 14 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES -----**

**REQUERENTE: Construções M. Branco & Filhos, S.A. -----**

Foi presente o processo n.º 305/2000, relativo à construção de habitação unifamiliar em Vale da Serra, União das Freguesias de Serra e Junceira, em nome de Construções M. Branco & Filhos, S.A., com as informações n.ºs 3700/2015 e 3706/2015 da Divisão de Gestão do Território, que submetem à apreciação do Executivo Municipal a declaração de caducidade do licenciamento, pelos fundamentos nelas constante. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou que é sua intenção declarar a caducidade da licença, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 71.º do RJUE, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 10 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, a caducidade se converte em definitiva.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 15 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES -----**

**REQUERENTE: Associação Recreativa e Cultural de Calvinos -----**

Foi presente o processo n.º 1385/1994, relativo ao pedido de isenção das taxas respeitantes ao pedido de autorização de utilização de edifício sito em Calvinos, bem como à emissão do respetivo título, solicitado pela Associação Recreativa e Cultural de Calvinos, com informação n.º 3624/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a respetiva aprovação. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou deferir o requerido e isentar a requerente do pagamento das taxas devidas pela licença de utilização,



*[Handwritten signature]*

nos termos do n.º 7 do art.º 10.º do Regulamento e Tabela de Taxas Administrativas e Urbanísticas da Câmara Municipal de Tomar, cujo montante deverá ser contabilizado como subsídio prestado pela Câmara à identificada associação.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**DIVISÃO FINANCEIRA: -----**

**N.º 16 - PAGAMENTOS EM ATRASO A 31 DE AGOSTO DE 2015 -----**

Foram presentes, para conhecimento, as informações n.ºs 5199/2015 e 5203/2015 da Divisão Financeira, a dar conhecimento dos pagamentos em atraso a 31 de agosto de 2015. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**N.º 17 - AQUISIÇÃO CONTÍNUA DE SERVIÇOS DE MOTORISTA PARA OS TRANSPORTES URBANOS DE TOMAR -----**

Foi presente a informação nº 5255/2015 da Divisão Financeira que submete a consideração do Executivo Municipal a necessidade de submeter à aprovação da Assembleia Municipal autorização para repartição dos encargos e assunção de compromissos plurianuais, relativos à aquisição contínua de serviços de motorista para os transportes urbanos de Tomar. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal a repartição dos encargos e assunção de compromissos plurianuais, para a referida aquisição.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 18 - CONTRATO DE LEASING PARA UMA AMBULÂNCIA A2 - TRANSPORTE MÚLTIPLO DE DOENTES COM MACA E CADEIRA DE RODAS -----**

Foi presente a informação nº 5236/2015 da Divisão Financeira que submete a consideração do Executivo Municipal a necessidade de submeter à aprovação da Assembleia Municipal autorização para repartição dos encargos e assunção de compromissos plurianuais, relativos à contratação em epígrafe.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal a repartição dos encargos e assunção de compromissos plurianuais, para o contrato de Leasing para um Ambulância. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 19 - EMPREITADA DA CONSTRUÇÃO DA PONTE DO CARRIL -----**

Foi presente a informação n.º 5249/2015 da Divisão Financeira, dando conta da necessidade de submeter à aprovação da Assembleia Municipal autorização para repartição dos encargos e



*[Handwritten signature]*

assunção de compromissos plurianuais, relativos à Empreitada de Construção da Ponte do Carril.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal a repartição dos encargos e assunção de compromissos plurianuais, para a empreitada da construção da Ponte do Carril.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

O Senhor Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques apresentou a seguinte declaração de voto: " Desde Dezembro de 2007 que os INDEPENDENTES por TOMAR têm apresentado propostas, recomendações e requerimentos visando encontrar a solução dos graves problemas suscitados na Ponte do Carril, que ocasionaram acidentes com danos materiais e, principalmente, com danos físicos nas pessoas.

Na reunião de 9 de Dezembro de 2013 foi tomada uma deliberação camarária sobre a construção da Ponte do Carril, a qual se encontra a aguardar cumprimento.

Na reunião do Executivo Camarário realizada em 18 de Fevereiro de 2015 foi aprovada a proposta do projeto de execução da Ponte do Carril, bem como do seu envio para a DF para cabimentação (200.000.00€ + IVA + revisão de preços) e lançamento do respetivo concurso público, tendo os INDEPENDENTES por TOMAR manifestado a sua congratulação por se chegar a mais uma importante etapa deste processo.

Passados estes sete meses, é apresentada a informação nº 5249/2015 da Divisão Financeira, que submete à consideração do Executivo Municipal a necessidade de submeter a aprovação da Assembleia Municipal autorização para repartição dos encargos e assunção de compromissos plurianuais, relativos à Empreitada de Construção da Ponte do Carril.

Os INDEPENDENTES por TOMAR votam a favor do que é proposto, chamando a atenção de que a presente deliberação camarária deverá ser apreciada e votada ainda na sessão da Assembleia Municipal a realizar no final do mês de Setembro, para permitir a execução e a conclusão da obra de empreitada, a qual urge."-----

**DIVISÃO DE ASSUNTO JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:**-----

**N.º 20 - GALA EQUESTRE – ISENÇÃO DE TAXAS**-----

Foi presente a informação n.º 2012/2015 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o pedido de isenção das taxas devidas pelo licenciamento de ocupação de espaço público na Rua Serpa Pinto, solicitado pelo CIRE - Centro de Integração e Reabilitação de Tomar, para divulgação e venda de bilhetes da Gala Equestre que pretendem realizar no dia 11 de setembro de 2015.-----



*[Handwritten signature]*

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o CIRE - Centro de Integração e Reabilitação de Tomar do pagamento das taxas devidas pelo referido licenciamento, nos termos do n.º 11 do art.º 10.º do Regulamento Municipal de Taxas Administrativas e Urbanísticas de Tomar. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:**-----

**N.º 21 - PREVISÃO DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO NO ANO LETIVO 2015/2016** -----

Foi presente, para conhecimento, a informação n.º 1045/2015 da Unidade de Intervenção Social e Educação, apresentando a previsão das despesas com educação para o ano letivo 2015/2016. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

**N.º 22 - PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE TOMAR 2015/2020**-----

Foi presente, para conhecimento, o Plano de Desenvolvimento Social de Tomar 2015/2020, aprovado por unanimidade na reunião do Conselho Local de Ação Social realizada a 7 de setembro de 2015. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

**N.º 23 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESPECIAIS A ALUNOS PROVENIENTES DE FAMÍLIAS CARENCIADAS – ANO LETIVO 2015/2016 – Ensino Secundário – Subsídio de Transporte**-----

Foi presente a informação n.º 1085/2015 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a atribuição de subsídio de transporte a dois alunos do ensino secundário, no ano letivo 2015/2016, nos termos constantes na referida informação. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a informação supra referida, deliberou aprovar a atribuição de apoio extraordinário relativamente ao transporte dos alunos identificados, autorizando o pagamento do valor da vinheta mensal à Rodoviária do Tejo, SA, no montante total anual estimado de 387,90 € (trezentos e oitenta e sete euros e noventa cêntimos). -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 24 - AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS CARENCIADOS – ANO LETIVO 2015/2016 - 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO – 1.ª FASE**-----

Foi presente a informação n.º 1090/2015 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a atribuição de auxílios económicos a alunos



*[Handwritten signature]*

das escolas do 1.º ciclo do ensino básico do Concelho de Tomar, para aquisição de livros e material escolar, no ano letivo 2015/2016, nos termos nela constante. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir os auxílios económicos constantes da listagem anexa à informação supra referida, que homologou, cujo montante perfaz um total de 11.413,80 € (onze mil quatrocentos e treze euros e oitenta cêntimos). -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 25 - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SERRA E JUNCEIRA** -----

Foi presente a informação nº 1086/2015 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a aprovação do Executivo Municipal uma minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências na União de Freguesias de Serra e Junceira relativamente a transportes escolares. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências na União de Freguesias de Serra e Junceira e submete-la à aprovação da Assembleia Municipal de Tomar, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 26 - ACORDOS DE COLABORAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA (AAAF)**-----

Foi presente a informação n.º 1087/2015 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a aprovação do Executivo Municipal uma minuta de Acordo de Colaboração para a Educação Pré-Escolar, no âmbito das atividades de Animação e de Apoio à Família a estabelecer entre a Câmara Municipal de Tomar, cada um dos Agrupamentos de Escolas e as entidades que indica. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado e homologando a informação nº 1087/2015, deliberou aprovar a minuta de Acordo de Colaboração, nos seus precisos termos. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 27 - ACORDOS DE COLABORAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA, DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA E DO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES** -----



Foi presente a informação n.º 1088/2015 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a aprovação do Executivo Municipal uma minuta de Acordo de Colaboração para a Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico, no âmbito das atividades de Animação e de Apoio à Família, da componente de Apoio à Família e do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares a estabelecer entre a Câmara Municipal de Tomar, cada um dos Agrupamentos de Escolas e as entidades parceiras envolvidas. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado e homologando a informação nº 1088/2015, deliberou aprovar a minuta de Acordo de Colaboração, nos seus precisos termos. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:** -----

**N.º 28 - FREQUÊNCIA GRATUITA DA PISCINA MUNICIPAL VASCO JACOB**-----

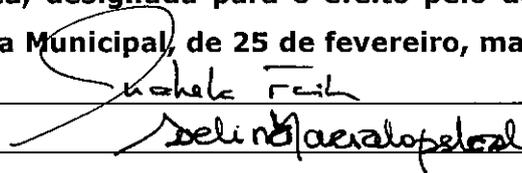
Foram presentes as informações n.ºs 809/2015 e 1039/2015 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o pedido de isenção do preço devido pela utilização da Piscina Municipal Vasco Jacob por crianças do Centro de Acolhimento Temporário da Santa Casa da Misericórdia de Tomar, durante os meses de julho e agosto, conforme solicitado pela instituição. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que autorizou a entrada gratuita na Piscina Municipal Vasco Jacob isentando a Santa Casa da Misericórdia de Tomar do pagamento do preço de utilização, no valor total de 13,95€. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas e trinta e cinco minutos, a Sra. Presidente, declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.**-----

**Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.**---

  
Avelina Maria Lopes Leal